

# OS DONOS DA TERRA NO CERRADO PIAUIENSE (SESSÃO TEMÁTICA)

**Luísa Sobral de Carvalho**

Gerente na Secretaria de Inteligência Artificial, Economia Digital, Ciência, Tecnologia e Inovação, Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) | lusobralc@gmail.com

---

## Sessão Temática 02: Desenvolvimento Regional: Políticas, Escalas e Ações

---

**Resumo** Este artigo analisa os impactos socioeconômicos da reprimarização no Cerrado piauiense, dentro do contexto do Matopiba. A partir do conceito de desenvolvimento desigual e combinado, a pesquisa destaca como a expansão do agronegócio, especialmente da monocultura de soja, intensifica a concentração fundiária, desloca comunidades tradicionais e aumenta a desigualdade socioeconômica. O artigo conclui pela necessidade de políticas públicas que promovam redistribuição de terras, fortalecimento da agricultura familiar e respeito à biodiversidade, como alternativas a um modelo econômico excludente e ambientalmente insustentável.

**Palavras-chave:** Reprimarização; Desenvolvimento desigual; Concentração fundiária; Cerrado piauiense; Agronegócio.

## THE LAND OWNERS IN THE PIAUÍ CERRADO

**Abstract:** This article analyzes the socioeconomic impacts of reprimarization in the Piauí Cerrado, within the context of Matopiba. Based on the concept of uneven and combined development, the research highlights how the expansion of agribusiness, especially soybean monoculture, intensifies land concentration, displaces traditional communities, and increases socioeconomic inequality. The article concludes by emphasizing the need for public policies that promote land redistribution, strengthen family farming, and respect biodiversity as alternatives to an exclusionary and environmentally unsustainable economic model.

**Keywords:** Reprimarization; Uneven development; Land concentration; Piauí Cerrado; Agribusiness.

---

## LOS DUEÑOS DE LA TIERRA EN EL CERRADO DE PIAUÍ

**Resumen:** Este artículo analiza los impactos socioeconómicos de la reprimarización en el Cerrado de Piauí, en el contexto de Matopiba. Basado en el concepto de desarrollo desigual y combinado, la investigación destaca cómo la expansión del agronegocio, especialmente del monocultivo de soja, intensifica la concentración de tierras, desplaza a las comunidades tradicionales y aumenta la desigualdad socioeconómica. El artículo concluye con la necesidad de políticas públicas que promuevan la redistribución de tierras, fortalezcan la agricultura familiar y respeten la biodiversidad, como alternativas a un modelo económico excluyente y ambientalmente insostenible.

**Palabras clave:** Reprimarización; Desarrollo desigual; Concentración de tierras; Cerrado de Piauí; Agronegocio..

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o projeto Matopiba tem ganhado destaque como uma das mais recentes frentes agrícolas do Brasil, consolidando-se como uma região estratégica para o agronegócio. Compreendendo áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, a região se destaca pela produção em larga escala de commodities, especialmente a soja, destinada principalmente à exportação. Essa dinâmica agrícola, associada ao conceito de reprimarização da economia, coloca a região no centro do debate sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais da expansão do agronegócio.

O Piauí, estado historicamente caracterizado por baixos índices de desenvolvimento econômico, integra o Matopiba como uma das suas áreas de maior potencial produtivo, devido à sua vasta área de Cerrado. No entanto, o desenvolvimento promovido pelo agronegócio tem sido questionado por sua capacidade de gerar benefícios socioeconômicos amplamente distribuídos para as comunidades locais. Ao mesmo tempo em que se celebra o aumento das exportações e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) agrícola, surgem críticas acerca da concentração de terras, expulsão de pequenos agricultores e degradação ambiental.

Este artigo, baseado na minha pesquisa de mestrado, busca investigar os impactos socioeconômicos e ambientais da reprimarização econômica no Cerrado piauiense dentro do contexto do Matopiba, com foco nas transformações no uso da terra, na estrutura agrária e nas condições de vida das populações locais. A partir de uma análise fundamentada no conceito de desenvolvimento desigual e combinado, argumenta-se que o modelo econômico em vigor perpetua disparidades regionais e aprofunda as desigualdades sociais no território piauiense.

O principal objetivo deste artigo é analisar as mudanças na estrutura fundiária da região do Cerrado piauiense, considerando os impactos da expansão do agronegócio e da reprimarização econômica no contexto do Matopiba. Para isso, são estabelecidos três objetivos específicos: (a) Compreender como as teorias do Desenvolvimento Desigual e Combinado podem elucidar os processos de concentração fundiária e exclusão territorial no Cerrado piauiense; (b) Traçar um histórico das políticas de incentivo ao agronegócio e sua influência na reorganização fundiária da região; (c) Examinar as transformações nas dinâmicas de acesso à terra e seus efeitos sobre pequenos agricultores e comunidades tradicionais nas últimas duas décadas.

## 2 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

O conceito de desenvolvimento desigual e combinado, formulado originalmente por Leon Trotsky no início do século XX, tem sido amplamente utilizado por estudiosos da geografia econômica crítica para entender as dinâmicas de acumulação capitalista em diferentes regiões do mundo. A ideia central desse conceito é que o desenvolvimento capitalista ocorre de forma assimétrica, tanto no tempo quanto no espaço, resultando em uma coexistência de

formas econômicas avançadas e atrasadas em um mesmo território. Essa desigualdade estrutural é uma característica fundamental do capitalismo, refletindo a tensão entre as demandas do capital global e as condições locais de produção. (Löwy, 1998; Theis, 2009).

No contexto do Cerrado piauiense, o desenvolvimento desigual e combinado se manifesta claramente na coexistência entre o agronegócio de larga escala e as formas tradicionais de uso da terra, como a agricultura familiar e o extrativismo de comunidades tradicionais. À medida que o capital global se apropria das terras férteis do Cerrado para a produção de commodities, o espaço é reorganizado de maneira a priorizar as necessidades do mercado internacional, muitas vezes em detrimento das populações locais.

David Harvey (2005) explora essas contradições através do conceito de ajuste espacial, que descreve a forma como o capitalismo expande suas fronteiras geográficas para contornar crises de superacumulação e queda na taxa de lucro. No caso do Matopiba, a expansão da fronteira agrícola ocorre como uma resposta à demanda global por soja, favorecendo a reprimarização da economia brasileira e, ao mesmo tempo, aprofundando as desigualdades regionais. Os grandes investimentos em infraestrutura, tecnologia e mecanização agrícola no Cerrado contrastam com a ausência de políticas públicas eficazes para integrar a população local nesse processo de desenvolvimento, criando um padrão de desenvolvimento espacialmente desigual.

A teoria da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) também é relevante para entender o contexto da reprimarização no Piauí. A reprimarização da economia brasileira se refere ao retorno da dependência da exportação de produtos primários, como commodities agrícolas e minerais, após um período de industrialização. Essa dinâmica é um reflexo da posição subalterna do Brasil na DIT, onde países periféricos exportam matérias-primas para os países centrais, que concentram as atividades industriais de maior valor agregado. (Lopes, 2020)

No Cerrado piauiense, a reprimarização é evidenciada pela crescente produção de soja, que é majoritariamente exportada em estado bruto. Esse modelo produtivo reforça a dependência do Brasil em relação ao mercado internacional e contribui para a concentração fundiária, uma vez que a produção de commodities agrícolas demanda grandes extensões de terra e intensifica o uso de tecnologias que substituem a mão de obra humana.

A teoria de Neil Smith (2008) sobre o desenvolvimento desigual enfatiza que o espaço não é algo natural ou externo às dinâmicas econômicas, mas sim uma construção social e histórica, moldada pelas necessidades do capital. No caso do Cerrado piauiense, o espaço é produzido e organizado de forma a maximizar a produção agrícola destinada à exportação, ao mesmo tempo em que marginaliza outras formas de uso da terra e exclui populações que dependem de práticas mais tradicionais e sustentáveis.

As teorias do desenvolvimento latino-americanas, particularmente a teoria da dependência, também oferecem importantes insights para a compreensão dos impactos da reprimarização no Cerrado piauiense. Seus autores analisaram a inserção subordinada das economias latino-americanas no sistema capitalista global, argumentando que o desenvolvimento da periferia

está condicionado pelas necessidades do centro. Isso significa que, ao invés de promover um desenvolvimento autônomo e sustentável, a inserção do Piauí na cadeia global de commodities reproduz as condições de dependência e subdesenvolvimento. (Fiori, 2018)

No caso do Matopiba, a reprimarização reforça a vulnerabilidade da região às oscilações do mercado global de commodities, ao mesmo tempo em que não cria bases estruturais para um desenvolvimento inclusivo. A concentração de terras e a expulsão de pequenos agricultores e comunidades tradicionais são sintomas de um modelo de desenvolvimento que privilegia os interesses do capital internacional em detrimento do desenvolvimento local.

O conceito de ajuste espacial de David Harvey (2016) é fundamental para entender como o capital reorganiza o espaço em resposta às crises e às necessidades de acumulação. No Cerrado piauiense, o ajuste espacial é visível na transformação da paisagem rural, marcada pela expansão das monoculturas de soja, pela construção de novas infraestruturas, como rodovias e ferrovias, e pela financeirização da terra, que envolve grandes corporações internacionais e fundos de investimento.

Esse processo de ajuste espacial é acompanhado por uma série de contradições. Por um lado, a reprimarização promove o crescimento do PIB agrícola e o aumento das exportações. Por outro, esse crescimento não se traduz em melhorias significativas para a população local, que enfrenta a concentração de renda e a precarização das condições de trabalho. Além disso, as transformações no uso da terra têm impactos ambientais severos, como o desmatamento e a degradação dos solos, que comprometem a sustentabilidade a longo prazo. (Pitta *et al.*, 2018)

### **3. AGRONEGÓCIO E A REPRIMARIZAÇÃO BRASILEIRA**

O Brasil, ao longo de sua história, sempre teve uma relação complexa com sua inserção na economia global, especialmente no que diz respeito à sua dependência de produtos primários. A reprimarização é um fenômeno que ganhou destaque nas últimas décadas, especialmente com o fortalecimento do agronegócio e das exportações de commodities como soja, minério de ferro e petróleo. Essa dinâmica se caracteriza pelo aumento da participação de produtos primários e de baixo valor agregado na pauta de exportações, em detrimento de produtos manufaturados e tecnologicamente sofisticados. (Michelotti; Siqueira, 2019)

A reprimarização pode ser vista como uma resposta à crescente demanda global por alimentos e energia, especialmente com a ascensão da China como um dos principais mercados consumidores. No entanto, essa dinâmica reforça a dependência do Brasil em relação aos ciclos de preços das commodities, tornando sua economia mais vulnerável às flutuações internacionais.

No Piauí, essa reprimarização se materializa na expansão acelerada da monocultura de soja, particularmente nas áreas do Cerrado, que compõem parte da região do Matopiba. Embora o aumento da produção de soja tenha impulsionado o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, esse crescimento não tem sido acompanhado por um desenvolvimento

econômico mais amplo ou inclusivo, sendo concentrado em grandes propriedades e voltado principalmente para o mercado externo.

### 3.1 O AGRONEGÓCIO NO BRASIL E NO MATOPIBA

O agronegócio brasileiro passou por uma transformação significativa desde os anos 1970, quando a chamada "Revolução Verde" promoveu a modernização da agricultura por meio da mecanização, do uso intensivo de insumos químicos e da ampliação das fronteiras agrícolas. Nesse processo, o Cerrado, anteriormente visto como uma área pouco adequada para a agricultura, tornou-se uma das regiões mais produtivas do país, graças à introdução de tecnologias específicas para a produção em larga escala. (Aguiar; Porto, 2018)

No contexto do Matopiba, região composta por partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, essa expansão agrícola foi especialmente intensa. A partir da década de 2000, o Matopiba foi promovido como a nova fronteira agrícola do Brasil, com o governo federal e grandes corporações agrícolas incentivando a expansão da soja e outras commodities. A região foi formalmente reconhecida como uma área de desenvolvimento agrícola com o Decreto nº 8.447 de 2015, que visava coordenar políticas públicas voltadas para o aumento da produção e da infraestrutura local. (Alves, 2003)

No entanto, essa expansão foi marcada por diversos problemas. A concentração de terras e a entrada de grandes empresas e fundos de investimento internacional no Cerrado piauiense promoveram uma reorganização fundiária que afetou negativamente pequenos produtores e comunidades tradicionais. Além disso, a financeirização da terra, a especulação imobiliária e os conflitos agrários se tornaram questões centrais na região. (Boechat; Pitta; Toledo, 2019)

A integração do Matopiba no agronegócio global, particularmente através da produção de soja, reflete uma lógica de acumulação capitalista que favorece o aumento da exportação de commodities, mas negligencia as necessidades locais de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Esse modelo gera crescimento econômico sem, necessariamente, promover o bem-estar social da população local, aprofundando as desigualdades regionais e socioeconômicas.

A soja é uma das principais commodities do agronegócio brasileiro e ocupa uma posição central nas cadeias agroalimentares globais. O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores mundiais de soja, com grande parte de sua produção destinada à China e outros mercados asiáticos. A cadeia produtiva da soja envolve não apenas a produção agrícola em si, mas também uma complexa rede de infraestrutura, logística, transporte e comercialização que conecta áreas rurais do interior do Brasil aos grandes portos de exportação.

O Matopiba, especialmente o Cerrado piauiense, desempenha um papel crucial nessa cadeia, sendo uma das principais áreas de expansão da produção de soja nas últimas décadas. Essa produção, no entanto, está profundamente vinculada às demandas globais, o que significa que as decisões de produção local são muitas vezes guiadas por flutuações no mercado internacional de commodities, em vez de atender às necessidades regionais.

O desenvolvimento da produção de soja no Piauí foi facilitado por políticas públicas que incentivaram a modernização agrícola, a construção de infraestrutura e a abertura de crédito para grandes produtores. Ao mesmo tempo, o uso de tecnologias avançadas, como sementes transgênicas, fertilizantes químicos e maquinário agrícola, aumentou a produtividade da terra, mas também contribuiu para a concentração fundiária e a expulsão de pequenos agricultores. (Alves, 2012)

A dependência do Piauí em relação à soja como principal motor de crescimento econômico cria uma série de vulnerabilidades. Em primeiro lugar, a produção é altamente dependente de preços internacionais, que podem flutuar devido a fatores externos, como mudanças na demanda chinesa ou políticas comerciais internacionais. Em segundo lugar, a monocultura de soja tem impactos ambientais significativos, como o desmatamento, a degradação do solo e a perda de biodiversidade, comprometendo a sustentabilidade a longo prazo da região.

O Cerrado piauiense foi incorporado à lógica de expansão agrícola do Matopiba devido ao seu potencial de conversão em terras agrícolas produtivas. Com o avanço das técnicas agrícolas e o apoio governamental, grandes áreas de Cerrado foram transformadas em monoculturas de soja, milho e algodão. No entanto, essa transformação territorial também trouxe uma série de desafios para a população local e para o meio ambiente.

Nesse sentido, analiso o Cerrado piauiense como território da reprimarização (Siqueira, s/d) e espero conseguir relacionar analiticamente a produção específica do espaço no Matopiba e, com mais detalhe, no sudoeste piauiense, aos desdobramentos da reprimarização econômica e o desenvolvimento geográfico desigual e combinado. Quer dizer, o panorama macroeconômico da reprimarização tem efeitos territorializados, constituindo um fenômeno multiescalar.

#### **4. DESIGUALDADE E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA**

Uma das consequências mais evidentes da expansão do agronegócio no Cerrado piauiense é a intensificação da concentração fundiária. A chegada de grandes produtores de soja e de investidores internacionais, atraídos pelo potencial agrícola do Matopiba, contribuiu para a aquisição de grandes extensões de terras. Pequenos produtores e comunidades tradicionais, que historicamente ocupavam essas áreas, passaram a enfrentar pressões para vender ou abandonar suas terras, muitas vezes em contextos de *landgrabbing* e grilagem.

Para o modelo produtivo do agronegócio, é preciso um mercado internacional de exportação de commodities, a grande propriedade e, portanto, é preciso apropriação de terra. A expansão da produção de commodities tem como desdobramentos o aumento da busca por terras e o acirramento de conflitos territoriais (Michelotti; Siqueira, 2019). Num contexto de reprimarização econômica, esses conflitos podem trazer à cena agentes os mais diversos ligados à expansão da acumulação capitalista financeirizada, complexificando um pouco mais a hibridização e articulação de formas sociais e políticas heterogêneas, como elas se

relacionam umas às outras, quais padrões, interdependências e dinâmicas de dominação e resistência colocam, e principalmente, quais práticas e resistências são forjadas.

Essas transformações territoriais, em tempos de capitalismo financeirizado, estão relacionadas a processos mais amplos intrínsecos ao modelo de produção instalado na região — a cadeia global de soja. Primeiramente, ao mercado de terras que antecede e acompanha a expansão da monocultura da soja na região e, posteriormente, à atuação de agentes internacionais e nacionais que possuem papel multiescalar nessa rede de produção e comercialização.

Pitta *et al.* (2018) mostram que os novos mecanismos de acumulação pelo capital financeiro especulativo, com ênfase na apropriação de terras como mercadoria e ativo financeiro de empresas imobiliárias multinacionais, impactam na produção do espaço na região do Matopiba. Alertam para um novo tipo de acumulação do capital que passa pelo capital especulativo dos derivativos da produção. Esse processo do sistema financeiro é fundamental para entender a produção do espaço no Matopiba e apresenta processos menos explícitos de dominação (que a violência e expulsão). A partir dos anos 1990, o mercado aprofundou a dependência entre a produção de mercadorias e a financeirização da economia através de mecanismos de securitização da dívida.

A região se tornou zona de interesse de especulação fundiária nacional e transnacional. O capital financeiro está atrelado ao capital produtivo (de commodities). É uma produção do espaço na qual as materialidades estão atreladas ao seu movimento global. Mesmo com a queda no preço de commodities, a terra continua com preço alto e valor como ativo financeiro.

A partir dos anos 2000, a produção de monocultivos se expandiu como efeito da alta nos preços das commodities e foi quando a soja chegou com mais força à região hoje conhecida como Matopiba. Tal expansão tem relação com a acumulação de ativos financeiros e as perspectivas de ampliação da produção devido à alta nos preços no mercado de derivativos. (Rede, 2020). De acordo com o relatório da Rede de Justiça Ambiental e Direitos Humanos (2020), as áreas plantadas com soja e cana de açúcar aumentaram 253% e 379% no Matopiba entre 2000 e 2014. O estado que mais expandiu o setor do agronegócio na safra 2019/2020 foi o Piauí, cerca de 4% entre 2018 e 2019. As perspectivas são de continuar expandindo.

De acordo com relatório do Mapa (2021) e dados da Embrapa, o Matopiba é uma região composta por áreas de quatro estados brasileiros — Maranhão (32,77%), Tocantins (37,95%), Piauí (11,21%) e Bahia (18,06%) —, 337 municípios e 31 microrregiões; abrange três biomas diferentes — Caatinga (1,64%), Amazônia (7,27%) e Cerrado (90,94%) —, sua área total é de 73,18 milhões de hectares, e tinha população de 5,9 milhões de habitantes em 2021. Tem 19% de áreas legalmente atribuídas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas, 1053 assentamentos e 36 terras quilombolas, além de 324 mil estabelecimentos agrícolas. Abarca quatro regiões hidrográficas — Tocantins-Araguaia, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental e São Francisco. A região do Matopiba “tem uma dinâmica diferenciada de crescimento” (MAPA, 2021, p. 80). Sua produção de grãos mais que dobrou entre 2010 e 2020 e ela deve

atingir produção de 36 milhões de toneladas de grãos nos próximos dez anos em área plantada de 9,3 a 11,6 milhões de hectares até 2030/31.

Figura 1 – O MATOPIBA



Fonte: IBGE (2022); EMBRAPA (2018); elaboração: Hercules Maciel

Figura 2 – Projeções Matopiba 2020/21 a 2030/31

MATOPIBA*	Produção (mil t)			Área Plantada (mil ha)		
	2020/21	2030/31	Var. %	2020/21	2030/31	Var. %
Grãos	27.623	35.946	30,1	8.048	9.255	15,0
Soja - Municípios selecionados - Mil Toneladas				Mil hectares		
Balsas - MA	662	891	34,4	231	311	34,6
Tasso Fragoso - MA	605	828	37,0	199	270	35,9
Campos Lindos - TO	249	335	34,8	77	104	34,2
Baixa Grande do Ribeiro - PI	655	916	39,9	210	290	38,1
Uruçuí - PI	499	686	37,6	181	246	36,3
Barreiras - BA	742	910	22,6	190	210	10,9
Correntina - BA	545	739	35,6	168	222	32,2
Formosa do Rio Preto - BA	1.424	1.985	39,4	421	576	36,8
Luís Eduardo Magalhães - BA	748	950	26,9	181	196	8,5
São Desidério - BA	1.447	1.925	33,0	406	514	26,8

Fonte: MAPA (2021).

Como se pode ver pelo histórico da região e projeções para sua produção, a produção de grãos, com destaque para a soja, mais que dobrou em dez anos e a expectativa é que suba ainda mais até 2031 — conforme Figura 2. Isso faz parte de um projeto de país que desponta como o maior exportador de commodities e que controla a balança comercial com exportações de produtos primários, com o setor agropecuário representando 48,6% das exportações em 2023. Mas, junto com esse projeto, vem também a avalanche de transformações impostas aos territórios tidos como grandes potenciais para essa produção, aqueles que possuem as condições necessárias e ideais para o fim — territórios de Cerrado. Como bem apontado acima, para aumento de produção em larga escala, também é necessário aumento de área plantada, principalmente se o modelo produtivo não permitir alta produtividade e for ele monocultor.

Levando em conta os fatores da área produtiva, da terra e da mão de obra como maiores participações proporcionais do capital brasileiro ao longo da cadeia de soja produzida no Brasil (Figura 3) da soja como monocultura em larga escala, das migrações e colonizações de produtores das regiões Sul e Centro-Oeste para o Norte e Nordeste do país, irei analisar como se configura a estrutura fundiária, a configuração populacional e a economia no espaço do Matopiba referente ao Piauí, que chamarei aqui de Matopiba-PI, bem como o processo de ocupação e apropriação das terras dali. O objetivo é avaliar as mudanças no território trazidas pela chegada do modelo produtivo do agronegócio.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006 (Tabela 1), naquele ano, a naturalidade dos produtores dirigentes dos estabelecimentos agropecuários, no Matopiba-PI, era predominantemente piauiense, em termos de número de estabelecimentos (91,53%) e de área dos estabelecimentos (68,42%). Quando olhamos para a área média dos estabelecimentos, no sentido de analisar a concentração de terra de cada naturalidade, veremos que os piauienses ficam mais atrás, apresentando menor área média (89,27 ha).

O contrário acontece com produtores naturais do Mato Grosso e da região Sul do Brasil, que aparecem entre os quatro primeiros da lista de maior área média, tanto no Matopiba-PI quanto no Piauí — como é possível observar na Tabela 1. Produtores de Mato Grosso dirigiam áreas médias de 464 hectares no Brasil, enquanto esse dado representava mais de 3.022 hectares no Matopiba-PI e 4.482 hectares no Piauí, e produtores piauienses dirigiam uma área média de 32,23 hectares no estado. Ou seja, são os produtores de outros estados que dirigem os maiores estabelecimentos agropecuários da área e do Piauí, demonstrando uma capacidade de compra de grandes terras e de investimento no tipo de negócio estabelecido na região, dentre eles, a soja em grão, não se limitando à região, extrapolando os limites do Matopiba-PI. Ademais, esse é um indicativo de que os produtores piauienses se encontravam majoritariamente na produção em menor escala, possivelmente na agricultura familiar, mas a política de desenvolvimento agrícola se deu para os latifundiários.

**Figura 3 – Quadro com participação proporcional do capital brasileiro ao longo da cadeia da soja produzida no Brasil**

ITEM	MARKET SHARE DE GRUPOS BRASILEIROS POR ETAPA DA CADEIA (%)	PARTICIPAÇÃO PROPORCIONAL DO CAPITAL BRASILEIRO NO TOTAL DA CADEIA (%)
Sementes	16,5	2,4
Fertilizantes	33,5	4,8
Defensivos	4,3	0,6
Máquinas	1,9	0,3
Agroindústria	30,7	4,4
Custo da terra	93,4	13,3
Mão de obra	100,0	14,3
<b>Total</b>		<b>40,0</b>

Fonte: Medina, Ribeiro e Brasil (2016, p. 28) *apud* LOPES (2020, p. 197)

A entrada desses agricultores vindos de outros estados, principalmente das regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil, se dá num processo de expansão da fronteira agrícola, como já mencionado anteriormente, e chega alterando arranjos orgânicos pré-existentes, de maneira impositiva aos sujeitos locais e a partir de sujeitos e lógicas financeiras nacionais e globais.

Mesmo sendo essa rede de gaúchos grande responsável pelos nós do agronegócio brasileiro, havia e há outros agentes e interesses na ocupação da região tal como tem sido. Essa é uma das características da apropriação de recursos, como terra e água, na região do Matopiba, principalmente no Piauí, que se dá por meio de agentes intermediários (elite local, grileiros, cartorários, políticos, entre outros), da burguesia nacional (corporações do agronegócio brasileiro), e do capital (Spadotto; Coguetto, 2019), sem falar no papel do Estado.

**Tabela 1** – Área média dos estabelecimentos por naturalidade de dirigente de estabelecimentos agropecuários no Brasil, Piauí e Matopiba-PI, em 2006<sup>1</sup>

Ordem	Naturalidade	Área dos estabelecimentos (ha)	Número de estabelecimentos	Área Média dos Estabelecimentos (ha)
<b>Brasil</b>				
1º	Mato Grosso do Sul	18.765.131	40.421	464,24
2º	Mato Grosso	10.653.139	33.215	320,73
3º	Estrangeiro	1.756.537	6.980	251,65
4º	Tocantins	6.839.523	31.052	220,26
5º	Roraima	665.979	3.040	219,07
6º	Goiás	29.013.622	145.694	199,14
7º	São Paulo	41.661.909	273.756	152,19
8º	Distrito Federal	396.183	2.827	140,14
9º	Amapá	482.891	3.787	127,51
10º	Rondônia	1.124.127	8.846	127,08
23º	Piauí	18.765.131	40.421	36,16
<b>Piauí</b>				
1º	Mato Grosso	71.713	16	4.482,06
2º	Paraná	231.787	100	2.317,87
3º	Rio Grande do Sul	281.118	122	2.304,25
4º	Santa Catarina	44.357	20	2.217,85
5º	Minas Gerais	96.507	56	1.723,34
6º	Mato Grosso do Sul	26.018	18	1.445,44
7º	Estrangeiro	13.554	19	713,37
8º	Alagoas	22.843	39	585,72
9º	Goiás	37.452	67	558,99
10º	São Paulo	78.773	252	312,59
22º	Piauí	7.494.297	232.544	32,23
<b>Matopiba-PI</b>				
1º	Mato Grosso	21.160	7	3.022,86
2º	Paraná	172.447	62	2.781,40
3º	Rio Grande do Sul	262.452	107	2.452,82
4º	Santa Catarina	30.263	18	1.681,28
5º	São Paulo	19.945	35	569,86
6º	Mato Grosso do Sul	6.354	12	529,50
7º	Ceará	88.191	173	509,77
8º	Goiás	12.574	26	483,62
9º	Minas Gerais	4.455	15	297,00
10º	Paraíba	9.175	62	147,98
15º	Piauí	1.729.776	20.521	84,29

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE (2006), elaboração da autora.

Em um estudo sobre produção agropecuária, estrutura fundiária e características socioeconômicas do Matopiba, Cerqueira *et al.* (2022) averiguam que nos dois anos do Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE em 2006 e 2017, a produção de lavouras temporárias (a

soja é uma delas) e a pecuária se destacaram no Matopiba, estando presentes em 87,40% do número de estabelecimentos agropecuários e 91,79% da área produtiva, em 2006; e 90,64% dos estabelecimentos e 97,83% da área produtiva, em 2017.

No Matopiba, tanto em 2006 quanto em 2017, os grupos de atividades produtivas que se destacaram foram a produção de lavouras temporárias, a pecuária e criação de outros animais. Isso pode ser conferido pelo total de número de estabelecimentos agrícolas e na área dos estabelecimentos, representando juntos 90,64% dos estabelecimentos e 97,83% da área de produção em 2017.

Entre 2006 e 2017, o número de estabelecimentos e a área de produção de outros grupos diminuiu consideravelmente. Enquanto no Matopiba, em 2006, os demais grupos estavam em 12,6% dos estabelecimentos e ocupavam 8,21% da área, caindo 3,24 (9,36%) e 6,03 pontos (2,18%), respectivamente, em 2017; no Matopiba-PI, essa queda foi de 2,14 e 5,61 pontos; e no estado do Piauí, representou apenas 2,07 e 1,58 pontos (Tabela 3). Pode-se deduzir que a região do sudoeste do Piauí, hoje delimitada como parte do Matopiba, de fato teve uma transformação maior que no resto do estado no que concerne à área utilizada na produção de lavouras temporárias, principalmente. No entanto, essa quebra foi levemente abaixo que no Matopiba como um todo.

---

<sup>1</sup> A naturalidade dos produtores dirigentes é uma classificação descontinuada no Censo 2017, por isso, trago apenas 2006. Incluí 29 classificações – as 26 Unidades da Federação e o Distrito Federal mais pessoas naturalizadas estrangeiras e estrangeiros e tabulei aqui as dez naturalidades com maior área média, além da naturalidade piauiense.

**Tabela 2 – Participação do número e da área de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) do Matopiba nos grupos de atividades produtivas (2006 e 2017) (%)**

Grupos de atividades produtivas/estabelecimentos	Número de estabelecimentos (%)			Área dos estabelecimentos agropecuários (%)		
	Familiar	Não familiar	Total	Familiar	Não familiar	Total
Produção de lavouras temporárias	34,23	2,93	37,16	5,45	18,3	23,75
Horticultura e floricultura	0,90	0,13	1,03	0,14	0,34	0,48
Produção de lavouras permanentes	1,59	0,29	1,88	0,40	1,15	1,55
Produção vegetal (sementes, mudas e outras)	0,00	0,01	0,01	0,00	0,03	0,03
Pecuária e criação de outros animais	41,96	8,28	50,24	15,83	52,21	68,04
Produção florestal - florestas plantadas	1,17	0,20	1,37	0,47	2,15	2,62
Produção florestal - florestas nativas	7,60	0,50	8,10	0,64	2,33	2,97
Pesca	0,07	0,01	0,08	0,01	0,38	0,39
Aquicultura	0,08	0,06	0,14	0,03	0,14	0,17
<b>Total</b>	<b>87,60</b>	<b>12,40</b>	<b>100,00</b>	<b>22,97</b>	<b>77,03</b>	<b>100,00</b>
<b>2017</b>						
Produção de lavouras temporárias	30,6	5,56	36,16	3,53	26,59	30,12
Horticultura e floricultura	0,96	0,17	1,13	0,03	0,03	0,06
Produção de lavouras permanentes	1,50	0,35	1,85	0,09	0,25	0,34
Produção vegetal (sementes, mudas e outras)	0,02	0,01	0,03	0,00	0,18	0,18
Pecuária e criação de outros animais	41,75	12,73	54,48	17,44	50,27	67,71
Produção florestal - florestas plantadas	0,25	0,15	0,40	0,02	0,47	0,49
Produção florestal - florestas nativas	4,66	0,62	5,28	0,43	0,54	0,97
Pesca	0,09	0,02	0,11	0,00	0,00	0,00
Aquicultura	0,17	0,39	0,56	0,01	0,12	0,14
<b>Total</b>	<b>80,00</b>	<b>20,00</b>	<b>100,00</b>	<b>21,55</b>	<b>78,45</b>	<b>100,00</b>

Como podemos acompanhar na Tabela 2, no Matopiba, em 2017, a área ocupada pela pecuária foi de 67,71%, enquanto a de lavouras temporárias foi de 30,12%. No estado do Piauí, essa relação permanece com 51,31% para pecuária e 38,90% para lavouras permanentes. No entanto, na ocupação de área produtiva no Matopiba-PI, vemos uma inversão entre os dois grupos — a área ocupada pela pecuária é de 37,45% enquanto a de lavouras temporárias é de 61,21%, demonstrando como o uso de áreas para as lavouras temporárias (como plantio de soja) é alto no território, majoritariamente na agricultura não familiar. Veja esse dado como particularmente alarmante para essa região do Piauí, uma vez que, historicamente, a produção agrícola no local era quase nula, sendo esmagadoramente representada pela atividade pecuarista. Essa inversão na função produtiva da terra no sul do estado é parte de profunda transformação territorial. Ademais, notamos, na Tabela 3, que a relação de concentração fundiária entre produção familiar e não familiar na atividade pecuarista no Matopiba-PI é menor do que na produção de lavouras temporárias. Na primeira, a diferença

representativa de terras entre familiar e não familiar é de 14,30%, enquanto, na segunda, é de 58,38%, o que pode indicar que, naquela região, a atividade que mais incentiva a concentração de terras é mesmo a produção de grãos — e de forma mais intensa que no Matopiba.

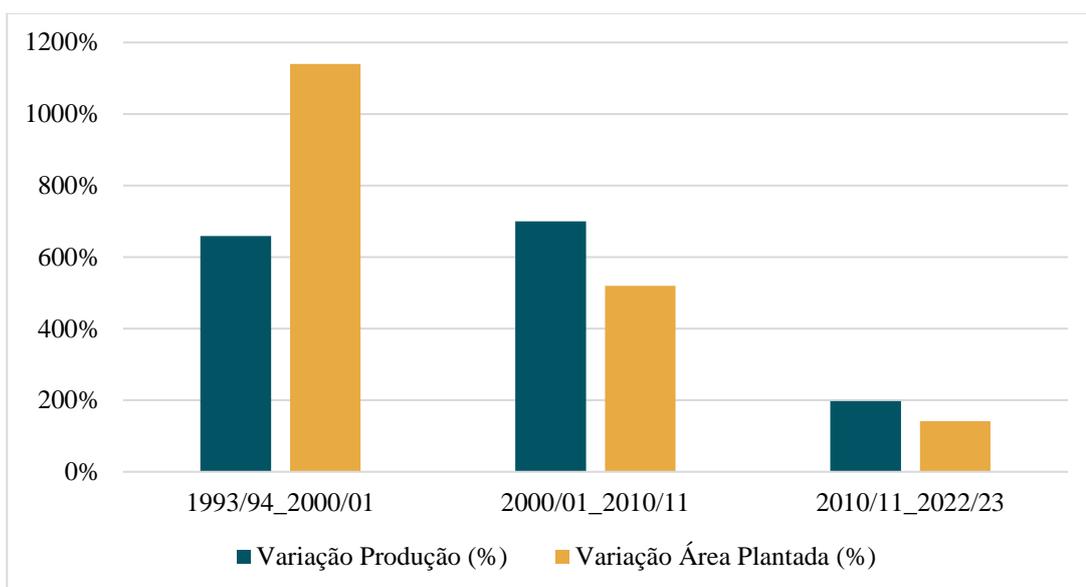
**Tabela 2 – Relação do número de estabelecimentos e área de estabelecimentos agropecuários por grupo de atividade produtiva e tipologia em 2017**

Grupo de atividades produtivas	Número de estabelecimentos (%)			Área dos estabelecimentos agropecuários (%)		
	Familiar	Não familiar	Total	Familiar	Não familiar	Total
Aquicultura	0,11	0,30	0,40	0,00	0,01	0,01
Horticultura e floricultura	0,61	0,08	0,68	0,02	0,00	0,02
Pecuária e criação de outros animais	41,15	12,13	53,28	11,57	25,87	37,45
Pesca	0,07	0,00	0,08	0,00	0,00	0,00
Produção de lavouras permanentes	0,79	0,24	1,02	0,00	0,01	0,01
Produção de lavouras temporárias	29,1	9,44	38,58	5,42	55,80	61,21
Produção de sementes e mudas certificadas	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
Produção florestal - florestas nativas	4,46	1,01	5,47	0,35	0,44	0,79
Produção florestal - florestas plantadas	0,29	0,18	0,47	0,03	0,49	0,52
<b>Total</b>	<b>76,62</b>	<b>23,38</b>	<b>100,00</b>	<b>17,39</b>	<b>82,61</b>	<b>100,00</b>
<b>Piauí</b>						
Aquicultura	0,18	0,30	0,48	0,10	0,52	0,62
Horticultura e floricultura	0,92	0,13	1,06	0,09	0,04	0,12
Pecuária e criação de outros animais	37,60	9,84	47,44	22,81	28,50	51,31
Pesca	0,11	0,03	0,14	0,02	0,01	0,02
Produção de lavouras permanentes	2,77	0,74	3,51	1,05	2,17	3,22
Produção de lavouras temporárias	34,38	7,78	42,17	11,89	27,01	38,90
Produção de sementes e mudas certificadas	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01
Produção florestal - florestas nativas	3,96	0,67	4,63	2,17	1,47	3,64
Produção florestal - florestas plantadas	0,39	0,18	0,57	0,36	1,80	2,16
<b>Total</b>	<b>80,31</b>	<b>19,69</b>	<b>100,00</b>	<b>38,49</b>	<b>61,51</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2017), elaboração da autora.

Com objetivo de destacar a importância da soja nas lavouras temporárias do Piauí, buscou-se analisar o crescimento da produção do grão e da área plantada, a partir de dados da Conab. Os dados apontam, conforme Gráfico 1, grande crescimento das duas variáveis desde a década de 1990. Entre 1993 e 2000, a produção de soja e a área plantada de soja subiram, respectivamente, 659% e 1140%. Na década seguinte, o crescimento foi de 700% na produção e 519% na área plantada. Finalmente, entre 2000 e 2010, a variação foi de 198% e 141%. (Gráfico 1). Apesar da desaceleração do crescimento, em termos absolutos, o crescimento continua enorme.

Gráfico 1 – Variação percentual da produção e da área plantada de soja no Piauí



Fonte: CONAB (2023), elaboração da autora.

Assim, considerando que grande parte da produção de lavouras temporárias é de soja, principalmente em grandes áreas, já que a produção de soja é intensiva, podemos atribuir esse aumento de área de produção em estabelecimentos não familiares à produção de soja, conforme a Tabela 5 também indica.

Em relação ao percentual de estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares, podemos ver que, apesar de o número de estabelecimentos ser majoritariamente familiar no Matopiba (87,60% em 2006 e 80,00% em 2017), a área ocupada por esses estabelecimentos (22,97% em 2006 e 21,55% em 2017) é proporcionalmente muito inferior à área dos estabelecimentos não familiares (73,03% em 2006 e 78,45% em 2017). Padrão semelhante é encontrado no Matopiba-PI e no Piauí — isto é, os estabelecimentos são majoritariamente familiares quando se considera o número de estabelecimentos, porém, a área dos estabelecimentos não familiares é muito superior. Considerando as projeções de aumento da área para produção de soja no Matopiba, podemos dizer que os níveis de concentração e expropriação fundiária possuem tendência a aumentar consideravelmente nos próximos dez anos.

Em todos os recortes espaciais, a proporção de estabelecimentos familiares apresentou redução em 10 anos, demonstrando a continuidade do processo de concentração da terra nas mãos de grandes produtores. Tal efeito é mais acentuado no Matopiba-PI, onde o percentual caiu mais de 10 pontos. No caso da área ocupada, o mesmo padrão é observado, sendo a redução da proporção de área de estabelecimentos familiares mais drasticamente verificada no Matopiba-PI do que nos outros recortes espaciais, saindo de 23,86% em 2006 para 17,39% em 2017, uma queda de 6,47 pontos; enquanto no Matopiba, a baixa foi de 1,42 pontos e no Piauí, de 1,06 – o que pode ser observado na Tabela 4.

**Tabela 3 – Representação do número de estabelecimentos e da área dos estabelecimentos agropecuários no Matopiba, Matopiba-PI e Piauí, em 2006 e 2017 (%)**

Espaço	Número de estabelecimentos (%)				Área dos estabelecimentos agropecuários (%)			
	2006		2017		2006		2017	
	Familiar	Não familiar	Familiar	Não familiar	Familiar	Não familiar	Familiar	Não familiar
Matopiba	87,60	12,40	80,00	20,00	22,97	77,03	21,55	78,45
Matopiba-PI	87,31	12,68	76,62	23,38	23,86	76,14	17,39	82,61
Piauí	89,96	10,04	80,31	19,69	39,55	60,45	38,49	61,51

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006; 2017); Cerqueira et al. (2022), elaboração da autora.

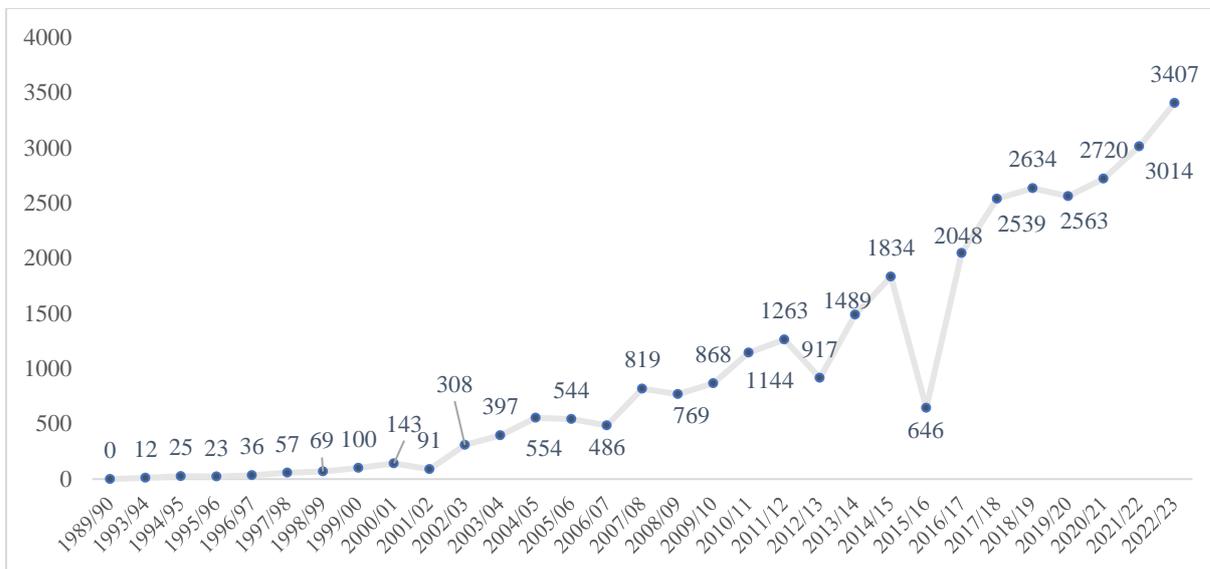
**Tabela 4 – Distribuição do valor da produção de soja em grão entre estabelecimentos familiares e não familiares 2006 e 2017 no Brasil, Piauí e Matopiba-PI (%)**

Espaço	2006		2017	
	Familiar	Não familiar	Familiar	Não familiar
Brasil	14,95	85,05	9,28	90,72
Piauí	0,68	99,32	0,10	99,90
Matopiba-PI	0,64	99,36	0,06	99,94

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006; 2017), elaboração da autora.

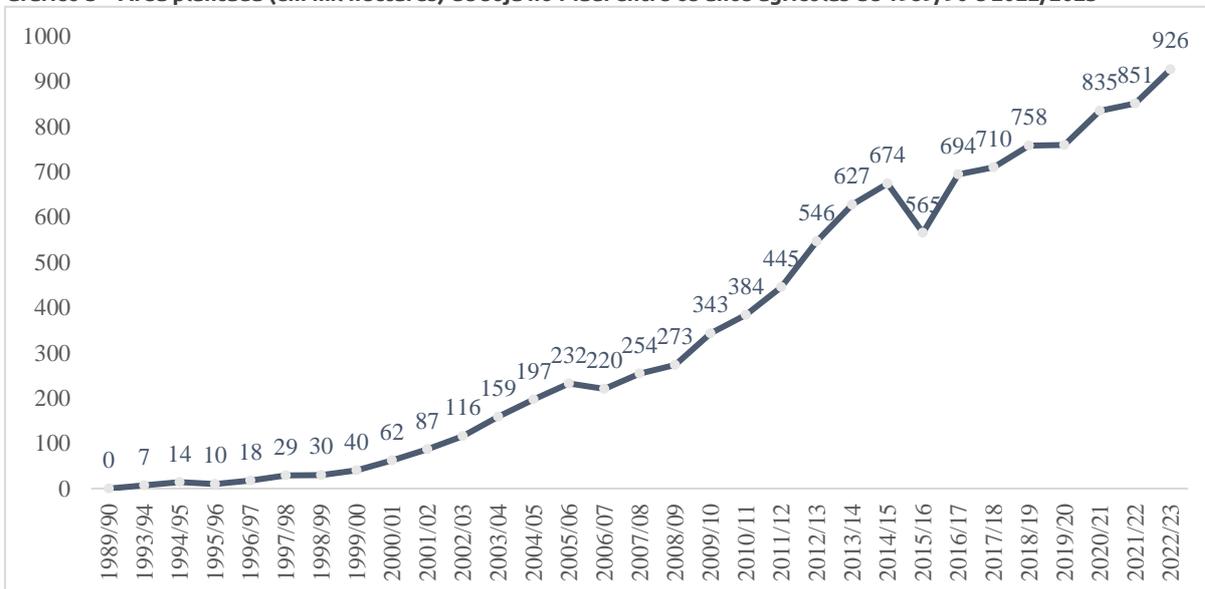
Como vemos na Tabela 5, o valor da produção de soja no Piauí e no Matopiba-PI é intensamente concentrado nos estabelecimentos não familiares (99,36%). Concluo que a mudança na estrutura fundiária apontada nas tabelas 3, 4 e 6 está relacionada ao fato de que, no Piauí, especificamente, o uso de terra e o modelo produtivo voltado para a soja como commodity passou a ficar mais forte a partir do ano agrícola 2005/06, quando a área plantada por soja atingiu um primeiro pico, escalando até seu segundo pico, no ano agrícola de 2014/15, como se pode ver no Gráfico 3. Nesse intervalo de tempo, a produção de soja no Piauí aumentou 237% e a área plantada, 191%, de acordo com o Gráfico 2. Considerando que esses percentuais foram ainda maiores se pegarmos o período entre 2000/01 e 2010/11, podemos deduzir que a mudança na característica dos estabelecimentos e na ocupação da terra no Matopiba-PI foi ainda mais drástica nesse período.

**Gráfico 2 – Produção de Soja (em mil toneladas) no Piauí entre os anos agrícolas de 1989/90 e 2022/2023**



Fonte: CONAB (2023), elaboração da autora.

**Gráfico 3 – Área plantada (em mil hectares) de soja no Piauí entre os anos agrícolas de 1989/90 e 2022/2023**



Fonte: CONAB (2023), elaboração da autora.

Quanto à estrutura fundiária da região, a partir das informações do Censo Agropecuário de 2006 e 2017 (Tabela 6), vemos que, em 2006, o Matopiba-PI tinha apenas 1,88% de estabelecimentos com mais de mil hectares e, ainda assim, esses estabelecimentos ocupavam mais de 55% das terras da área. Esse mesmo dado, para o Piauí, era de 0,42% de

estabelecimentos para 35,11% de área, e, no Brasil, 0,92% para 45%. Não é nenhuma surpresa esse nível de desigualdade agrária no Brasil, dado nosso histórico de ocupação, abordado anteriormente neste mesmo capítulo. Ainda assim, vemos que, no Matopiba-PI, essas proporções tendem a se intensificar — algo que se agrava dez anos depois.

Em 2016, a proporção de áreas concentradas em estabelecimentos de mais de mil hectares no Matopiba-PI foi para 61,22% — uma proporção quase 9% maior que no Matopiba, 21,78% maior que no Piauí e 13,62% maior que no Brasil. A proporção de estabelecimentos desse grupo de classe também subiu para 2,17%, representando um aumento de latifúndios na região, tanto em quantidade quanto em abrangência de terra.

**Tabela 6 – Classes de área, em número e área, dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, Piauí e Matopiba-PI, em 2006 e 2017**

	Número de estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos (%)		Área (%)	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
<b>Brasil</b>								
ha < 10	2.477.151	2.543.681	7.798.777	7.993.969	47,86%	50,91%	2,34%	2,28%
10 ≤ ha < 100	1.971.600	1.980.684	62.893.978	63.810.646	38,09%	39,64%	18,85%	18,16%
100 ≤ ha < 1000	424.288	420.719	112.844.186	112.257.692	8,20%	8,42%	33,82%	31,96%
ha ≥ 1000	47.578	51.203	150.143.096	167.227.511	0,92%	1,02%	45,00%	47,60%
<b>Total</b>	<b>5.175.636</b>	<b>4.996.287</b>	<b>333.680.037</b>	<b>351.289.818</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Piauí</b>								
ha < 10	134.272	139.236	299.457	331.086	54,72%	58,68%	3,15%	3,31%
10 ≤ ha < 100	71.270	83.848	2.414.064	2.719.987	29,04%	35,34%	25,39%	27,17%
100 ≤ ha < 1000	14.723	13.201	3.455.727	3.011.222	6,00%	5,56%	36,35%	30,08%
ha ≥ 1000	1.035	987	3.337.348	3.947.561	0,42%	0,42%	35,11%	39,44%
<b>Total</b>	<b>245.378</b>	<b>237.272</b>	<b>9.506.597</b>	<b>10.009.856</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Matopiba-PI</b>								
ha < 10	5.606	6.375	18.799	23.018	25,01%	28,96%	0,66%	0,76%
10 ≤ ha < 100	10.734	12.269	401.256	446.275	47,88%	55,74%	14,03%	14,79%
100 ≤ ha < 1000	3.152	2.891	784.140	701.190	14,06%	13,13%	27,42%	23,23%
ha ≥ 1000	421	477	1.593.822	1.847.812	1,88%	2,17%	55,74%	61,22%
<b>Total</b>	<b>22.419</b>	<b>22.012</b>	<b>2.859.358</b>	<b>3.018.295</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE (2006; 2017), elaboração da autora.

Quanto ao coeficiente de gini da distribuição agrária, em 2006, para Brasil, esse índice era de 0,86 e, para o Piauí, de 0,87, ou seja, o estado apresentava maior concentração fundiária que o país, considerando que o índice vai de 0 a 1, e quanto mais perto de 1, maior a concentração. Naquele mesmo ano, dos 33 municípios do Matopiba-PI, 10 apresentaram índices maiores que os do estado e do país. Em 2017, eram 12 os municípios com maior concentração fundiária que o país, e 13, maior que o estado. O Piauí, em 2017, diminuiu seu gini agrário em 1,35% (de 0,86 em 2006 para pouco menos de 0,86 em 2017) e ficou levemente abaixo do gini brasileiro, que cresceu em 0,16% (0,86). Apesar da leve queda no gini agrário piauiense, houve aumento de 5,2% na área média dos estabelecimentos do estado, um aumento menor que no Brasil.

Destaco o município de Baixa Grande do Ribeiro, que apresentou o maior coeficiente de gini e segunda maior área média de estabelecimentos do Matopiba-PI em 2017, respectivamente 0,96 e 510 hectares. Dos 33 municípios do Matopiba-PI, 22 tiveram aumento de área média dos estabelecimentos e 19 tiveram crescimento no coeficiente de gini agrário, como é possível observar na Tabela 7, e 15 municípios apresentaram queda ou manutenção no índice.

Tendo em conta que a divisão do espaço agrário brasileiro e o acesso à terra define também a inserção social e a posição dos grupos da sociedade na estrutura política brasileira, os resultados da pesquisa sobre estrutura fundiária no Matopiba-PI são alarmantes no sentido de que indicam retrocessos na estratificação social do território, os quais se fazem mais elevados ainda que no estado do Piauí, no Brasil e até mesmo na região do Matopiba em geral (a partir dos dados de 2017). (IBGE, 2020)

**Tabela 5 – Área Média, Coeficiente de Gini e Variações entre 2006 e 2017, por maior Variação na Área Média do Brasil, Piauí e Municípios do Matopiba-PI**

	Área Média (ha)		Gini		Variação na Área Média	Variação no Gini Agrário
	2006	2017	2006	2017		
Brasil	64,47	69,24	0,87	0,87	7,40%	0,16%
Piauí	38,74	40,76	0,87	0,86	5,20%	-1,35%
<b>Município</b>						
Gilbués	58,03	156,26	0,83	0,89	169,26%	7,19%
Antônio Almeida	99,48	223,03	0,87	0,91	124,18%	4,78%
Baixa Grande do Ribeiro	287,47	509,94	0,93	0,96	77,39%	3,37%
Uruçuí	272,35	439,51	0,89	0,91	61,37%	1,48%
São Gonçalo do Gurguéia	36,21	55,45	0,68	0,82	53,11%	20,98%
Corrente	78,15	119,00	0,79	0,84	52,27%	7,03%
Riacho Frio	103,49	156,63	0,83	0,82	51,35%	-1,86%
Sebastião Barros	74,11	100,80	0,68	0,69	36,01%	1,15%
Sebastião Leal	229,41	309,26	0,93	0,92	34,81%	-0,85%
Palmeira do Piauí	74,10	96,11	0,81	0,86	29,70%	6,44%
Morro Cabeça no Tempo	53,03	66,93	0,67	0,67	26,21%	-1,14%
Santa Filomena	296,97	365,00	0,85	0,83	22,91%	-3,36%
Júlio Borges	41,85	51,40	0,71	0,61	22,82%	-13,57%
Eliseu Martins	58,04	69,21	0,70	0,77	19,23%	11,12%
Barreiras do Piauí	52,73	61,01	0,70	0,61	15,69%	-12,61%
Bom Jesus	218,08	233,25	0,93	0,94	6,96%	0,65%
Cristalândia do Piauí	60,65	64,50	0,71	0,67	6,35%	-5,88%
Cristino Castro	121,91	128,93	0,82	0,82	5,75%	0,53%
Santa Luz	85,42	88,93	0,74	0,75	4,11%	0,86%
Monte Alegre do Piauí	87,09	90,54	0,87	0,91	3,96%	4,73%
Marcos Parente	69,01	71,54	0,78	0,80	3,67%	3,33%
Ribeiro Gonçalves	612,79	624,05	0,83	0,88	1,84%	5,15%
Parnaguá	225,87	222,24	0,81	0,83	-1,61%	3,03%
Redenção do Gurguéia	97,01	93,64	0,90	0,89	-3,48%	-1,95%
Landri Sales	75,13	70,66	0,72	0,74	-5,94%	2,72%
Curimatá	73,05	68,44	0,67	0,60	-6,31%	-10,94%
Currais	293,42	265,14	0,92	0,94	-9,64%	2,69%
Bertolínia	83,86	75,75	0,85	0,79	-9,68%	-7,93%
Avelino Lopes	48,57	42,94	0,63	0,57	-11,59%	-9,78%
Manoel Emídio	61,68	48,60	0,73	0,65	-21,20%	-11,22%
Colônia do Gurguéia	68,15	50,56	0,64	0,67	-25,80%	4,24%
Porto Alegre do Piauí	164,40	94,26	0,95	0,93	-42,67%	-1,86%
Alvorada do Gurguéia	236,65	123,02	0,95	0,87	-48,02%	-8,23%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006; 2017), elaboração da autora.

## 5. CONCLUSÃO

Os dados revelam que a área média dos estabelecimentos agropecuários no Cerrado piauiense aumentou significativamente nas últimas duas décadas, ao passo que o número de estabelecimentos familiares diminuiu. Em 2017, por exemplo, apenas uma pequena fração das terras estava nas mãos de pequenos produtores, enquanto grandes estabelecimentos agropecuários passaram a ocupar as terras mais férteis e acessíveis. Essa dinâmica resultou em um aumento no coeficiente de Gini agrário, que mede a desigualdade na distribuição de terras, revelando um agravamento da concentração fundiária na região.

A análise dos impactos da reprimarização no Cerrado piauiense, com foco na expansão do agronegócio no contexto do Matopiba, revela uma dinâmica de desenvolvimento marcada por intensas desigualdades agrárias. Embora o aumento da produção de soja tenha trazido crescimento econômico e fortalecido a posição do Brasil como um dos maiores exportadores globais de commodities agrícolas, os benefícios desse modelo produtivo são distribuídos de forma extremamente desigual, aprofundando as disparidades regionais e sociais.

O Cerrado piauiense tornou-se um símbolo da concentração fundiária, onde vastas extensões de terra foram apropriadas por grandes corporações e fundos de investimento internacionais, muitas vezes em detrimento de pequenos agricultores e comunidades tradicionais. Esse processo, facilitado por políticas públicas que priorizam a modernização agrícola e o crescimento das exportações, deslocou populações locais e fragilizou as práticas de uso sustentável da terra que outrora sustentavam a economia de subsistência na região.

A expansão do agronegócio no Cerrado foi acompanhada por um aumento na desigualdade no acesso à terra, agravando os problemas estruturais históricos que afetam o Piauí. A marginalização de agricultores familiares, somada à precarização do trabalho e à exclusão de comunidades tradicionais, evidencia que o modelo atual prioriza o lucro de grandes atores econômicos às custas do desenvolvimento humano e social local.

Além disso, os impactos ambientais decorrentes da monocultura de soja, como o desmatamento e a degradação do solo, têm implicações duradouras para a sustentabilidade da região. A redução da biodiversidade e os problemas relacionados à segurança hídrica não apenas afetam a produção agrícola a longo prazo, mas também colocam em risco as condições de vida das populações locais.

Essa análise aponta para a necessidade urgente de repensar o modelo de desenvolvimento adotado no Cerrado piauiense e no Matopiba como um todo. Um modelo mais inclusivo e sustentável deve considerar a redistribuição de terras, o fortalecimento da agricultura familiar e a proteção das comunidades tradicionais e dos recursos naturais. O desafio é promover um desenvolvimento que, em vez de exacerbar desigualdades, valorize o potencial do Cerrado e seus habitantes, respeitando a diversidade econômica, social e ambiental da região.

Por fim, é essencial que as políticas públicas no Brasil deixem de ser orientadas exclusivamente pelas demandas do mercado global e passem a priorizar o bem-estar das

populações locais, redistribuição da renda e da terra e a sustentabilidade dos territórios. Somente assim será possível transformar o Cerrado piauiense em um espaço de oportunidades reais e justas para todos os seus habitantes.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Diana; PORTO, Silvio Isoppo. A Expansão da Fronteira Agrícola e Logística nos Cerrados e Savanas: agroestratégias e resistências no Brasil e em Moçambique. *In*: 6TH INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE BRICS INITIATIVE FOR CRITICAL AGRARIAN STUDIES, 00., 2018. **Bicas Working Paper** [...]. Brasília: BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS), 2018. v. 00, p. 31. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/341412302\\_A\\_Expansao\\_da\\_Fronteira\\_Agricola\\_e\\_Logistica\\_nos\\_Cerrados\\_e\\_Savanas\\_agroestrategias\\_e\\_resistencia\\_no\\_Brasil\\_e\\_em\\_Mocambique](https://www.researchgate.net/publication/341412302_A_Expansao_da_Fronteira_Agricola_e_Logistica_nos_Cerrados_e_Savanas_agroestrategias_e_resistencia_no_Brasil_e_em_Mocambique). Acesso em: 23 maio 2023.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A presença das grandes empresas do agronegócio nos cerrados nordestinos: o caso da Bunge Alimentos no sul do Piauí. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 2, p. 21, 2012.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. 2003.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas. **Rev. Nera**, v. 22, n. 47, p. 18, 2019.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. "Pioneiros" do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola. **Dossiê**. v. 22, n. 47, p. 36, 2019.

CERQUEIRA, Cristiane Aparecida de; JESUS, Clesio Marcelino de; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira; SANTOS, Laís Freitas dos; SOARES, Naisy Silva. A Relação entre Produção Agropecuária, Estrutura Fundiária e Características Socioeconômicas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Matopiba) antes e após a sua institucionalização. *In*: SANTOS, Gesmar Rosa dos; SILVA, Rodrigo Peixoto (org.). **Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. v. 1, p. 181–214. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11406/1/producao\\_agropecuaria\\_cap5.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11406/1/producao_agropecuaria_cap5.pdf). Acesso em: 6 abr. 2023.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; PÓ, Marcos; SEIFER, Paulo; KLEEB, Suzana. **Entre chapadas e baixões do MATOPIBA: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado**. São Paulo: Prefixo Editorial, 2019.

FIORI, José Luis. Anotações sobre as trajetórias intelectuais do debate sobre desenvolvimento na América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Antônio (org.). **Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Contraponto Editora, 2018.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LOPES, Victor Tarifa. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. **Carta Internacional**, v. 15, n. 3, 8 nov. 2020. DOI 10.21530/ci.v15n3.2020.1029. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1029>. Acesso em: 31 mar. 2023.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2020/21 a 2030/31 - Projeções de Longo Prazo**. [S. l.]: MAPA, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-do-agronegocio-2020-2021-a-2030-2031.pdf/view>. Acesso em: 20 maio 2023.

MICHELOTTI, Fernando; SIQUEIRA, Hipólita. Financeirização das commodities agrícolas e economia do agronegócio no Brasil: notas sobre suas implicações para o aumento dos conflitos pela terra. **Semestre Econômico**, v. 22, n. 50, p. 87–106, 1 jan. 2019. DOI 10.22395/seec.v22n50a5. Disponível em: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/economico/article/view/2947>. Acesso em: 17 jun. 2021.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Especulação com terras na região Matopiba e impactos socioambientais**. [S. l.]: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, nov. 2020.

SMITH, Neil. **Uneven development: nature, capital, and the production of space**. 3rd ed. Athens: University of Georgia Press, 2008.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro. **REVISTA NERA**, Dossiê. v. 22, n. 47, p. 202–229, 2019. DOI 10.47946/rnera.v0i47.6269. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6269>. Acesso em: 18 maio 2023.